



**CFM**  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

## DESPACHO COJUR Nº 449/2018

Expediente CFM nº 7765/2018

**EMENTA. RECURSO. IMPUGNAÇÃO A REGISTRO DE CHAPA CONCORRENTE JULGADA IMPROCEDENTE. AUSÊNCIA DE ASSINATURA ORIGINAL EM TERMO DE AQUIESCÊNCIA E DE ESPECIFICAÇÃO DE TITULAR OU SUPLENTE NA CHAPA. AUSÊNCIA DE TERMO DE AQUIESCÊNCIA E DECLARAÇÃO DE CANDIDATO. EXTEMPORANEIDADE DE CERTIDÃO DO TSE DE CANDIDATO. DIVERGÊNCIA DE ASSINATURA DE CANDIDATO. INTEMPESTIVIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.**

- I. A Resolução CFM 2161/17 não obriga a apresentação de termo de aquiescência original, podendo a chapa apresentá-lo em cópia.
- II. A especificação do cargo (titular ou suplente) deve ser feita no Requerimento de Registro de Chapa, o que foi efetivamente feito.
- III. A assinatura em termo de aquiescência e na declaração de candidato pode ser feita por meio de certificação digital, posto que não foi tal prática vedada pela Resolução CFM nº 2161/2017.
- IV. Constatado o extravio de documento pela própria Comissão Regional Eleitoral, não pode ser prejudicada a parte que não deu causa.
- V. Ausência de competência da Comissão Regional Eleitoral para atuar como órgão autenticador de veracidade da assinatura do candidato, face à ausência de capacitação técnica de avaliação grafotécnica. A exigência é tão somente a de que se verifique a existência de assinatura.
- VI. Nos termos do entendimento adotado no Despacho COJUR nº 410/2018, aprovado pela Comissão Nacional Eleitoral, uma vez que no dia 22/06/18 não houve expediente no CREMEPE, contíguo a final de semana, restou evidenciado prejuízo da parte, razão pela qual foi correta a decisão da Comissão Regional Eleitoral em prorrogar o prazo para o dia 26/06/2018.
- VII. Recurso desprovido.

Trata-se de recurso interposto pela Chapa 1 – Ética em Respeito ao Médico contra a decisão que indeferiu a impugnação oposta ao registro da Chapa 2 – Mudar e Agir. O expediente foi encaminhado pela Comissão Regional Eleitoral do Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco e protocolado sob o número acima em referência.

Foram apresentadas contrarrazões pela Chapa 2 – Mudar e Agir, com preliminar de nulidade de atos praticados pelo advogado da Chapa . – Ética em Respeito ao Médico.

É o Relatório.

### Da análise jurídica

A análise será feita ponto a ponto em relação às razões recursais, a seguir dispostas:



**CFM**  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**a) Da preliminar das Contrarrazões**

Aduziu a Recorrida que todos os atos praticados pelo advogado da Recorrente estariam eivados de nulidade, posto que haveria impedimento do mesmo, uma vez que o referido patrono também advoga para o Sindicato dos Médicos de Pernambuco – SIMEPE.

Cumpre salientar que, a despeito de a apreciação da matéria não se inserir na competência da Comissão Regional Eleitoral do CREMEPE, verificou-se a inexistência do alegado impedimento, nos termos do art. 30 da Lei nº 8906/94 que dispõe:

Art. 30. São impedidos de exercer a advocacia:

I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;

II - os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

Dessa forma, não sendo a hipótese constantes do dispositivo suprarreferido, não se configurou o alegado impedimento.

**b) Da ausência de assinatura original em termo de aquiescência:**

A Resolução CFM nº 2161/2017 não estabeleceu a necessidade de ser apresentado o original do termo de aquiescência, ou mesmo a autenticação de cópia. A finalidade da norma é a de que a Chapa apresente comprovante de que o candidato concorda em compô-la.

Dessa forma, a decisão da Comissão Regional Eleitoral do CREMEPE não merece reforma.

**c) Da ausência de especificação dos candidatos a titular e suplente na Chapa.**

Realizada a análise do Requerimento Registro da Chapa 2, protocolado no CREMEPE sob o nº 7444/2018, no dia 18/06/2018, verificou-se na segunda página a Relação de candidatos titulares e a Relação de suplentes, estando devidamente cumprido o disposto no art. 13, §1º da Resolução CFM nº 2161/2017, não merecendo reforma a decisão da Comissão Regional Eleitoral do CREMEPE.

**d) Da ausência de assinatura no termo de aquiescência e na Declaração do candidato Dr. Paulo Rogério Gomes de Lima**

Foi verificada a existência dos dois documentos, que foram assinados através de certificadora digital. Assim, na forma do quanto decidido no item "a" supra, a decisão da Comissão Regional Eleitoral do CREMEPE não merece retoque.



**CFM**  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**e) Extemporaneidade de certidão do TSE do candidato Saulo Monteiro dos Santos**

Acerca dessa afirmação, a própria Comissão Regional Eleitoral, fez constar na Ata de Reunião do dia 02/07/2018 o seguinte:

Da extemporaneidade da emissão de certidão do TRE - também improcede a alegação de extemporaneidade tendo em vista que o referido candidato, bem como os demais integrantes da Chapa 2, passaram pela mesma conferência de documentação que os integrantes da Chapa 1, constando, inclusive, um documento de checklist atestando a referida conferência onde registra-se a existência da aludida certidão. Todavia, como padece todo processo mecânico realizado por ser humano, em nova conferência, a dita certidão não mais foi localizada, razão pela qual esta Comissão Eleitoral, em respeito aos candidatos, de forma indistinta e indiscriminada, bem como a todos os eleitores desse colégio eleitoral, reconheceu na eventualidade um possível equívoco em extravio de documento, juntou novamente aos autos a referida certidão obtida no site do TSE, certificando o referido ato. Por tais razões, também merece ser rejeitada a aludida impugnação

Assim, com base em tais informações, não merece reforma a decisão da Comissão Regional Eleitoral do CREMEPE, vez que não se pode prejudicar a parte que não deu causa a extravio de documento entregue.

**f) Da divergência de assinatura de candidato**

A Resolução CFM nº 2161/2017 não incumbiu a Comissão Regional Eleitoral para atuar como órgão autenticador de veracidade da assinatura do candidato, face à ausência de capacitação técnica de avaliação grafotécnica. A exigência é tão somente a de que se verifique a existência de assinatura.

Ademais, não sendo o caso de anuência do candidato, este poderá comunicar o fato à Comissão Regional Eleitoral, que, então, adotará providências para apurar eventual fraude, bem como a apurar a responsabilização pelos atos.

**g) Intempestividade de complementação de documentação**

Tendo em vista que não houve expediente no CREMEPE no dia 22/06/2018, a Comissão Regional Eleitoral, para evitar prejuízo a todas as chapas, estendeu os todos prazos que encerrariam na segunda-feira, dia 25/06/2018, para a terça-feira, dia 26/06/2018.

Tal entendimento já havia sido, inclusive, objeto de recurso no âmbito do CREMEB, tendo sido exarado o Despacho COJUR nº 410/2018, que deferiu o Recurso, com base no art. 221 do CPC, para que o prazo final de complementação ou correção dos documentos da Chapa fosse o dia 26/06/2018, às 18:00 horas.

Assim, pelas mesmas razões constantes do Despacho COJUR nº 410/2018, não merece alteração a decisão da Comissão Regional Eleitoral do CREMEPE.



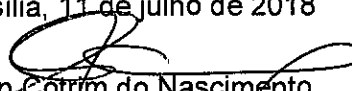
**CFM**  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

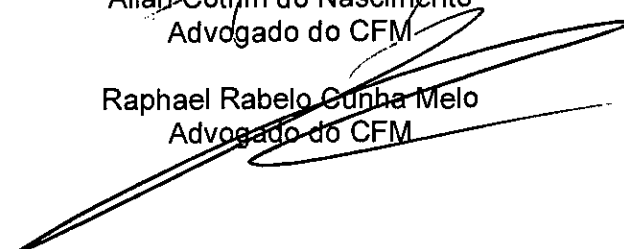
### Da conclusão

Do exposto, com fundamento na análise supra, opina esta COJUR no sentido do desprovemento do Recurso apresentado contra a decisão da Comissão Regional Eleitoral que indeferiu a impugnação de autoria da Recorrente

É o que nos parece, s.m.j.

Brasília, 11 de julho de 2018

  
Allan Côtím do Nascimento  
Advogado do CFM

  
Raphael Rabelo Cunha Melo  
Advogado do CFM

De acordo:

José Alejandro Bullón  
Coordenados/COJUR

